

História da CPLP

Saviana p. 22
19/7/96

Teve o seu arranque inicial em 1989 com a cimeira dos Chefes de Estado e de governo dos "sete" em S. Luís do Maranhão, no Brasil. A ideia da CPLP partiu do embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira que a alimentou durante vários anos. Mas só em Fevereiro de 1994, numa reunião em Brasília, os chefes da diplomacia dos "sete" acordaram na realização de uma cimeira de chefes de Estado para a realização da comunidade. Em 1994 tentou-se realizar a cimeira em Junho e Novembro, mas tal não foi possível devido à impossibilidade dos Chefes de Estado do Brasil e posteriormente de Angola. Mas entre o pára-arranca, os impulsos seguintes são dados em Lisboa, em Junho de 1995 e finalmente, este ano, em Abril, na cidade de Maputo. Aqui, o grupo de Concertação Permanente marca a data da constituição da CPLP para 17 de Julho de 1996.

Presidência

O Presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio, será o primeiro presidente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Marcolino Moco, ex-Primeiro-Ministro de Angola, vai assumir, em Lisboa, as funções de secretário executivo da CPLP, tendo como adjunto Rafael Branco, por indicação de São Tomé e Príncipe. Jaime Gama foi eleito pelos "sete" chefes da diplomacia, presidente do Conselho de Ministros da comunidade.

Ao Secretariado Executivo caberá tomar as medidas necessárias para a instalação da sede provisória da CPLP na capital portuguesa, bem como elaborar uma proposta de orçamento, que será analisada no mês de Setembro, em Moçambique, pelos responsáveis diplomáticos de cada um dos Estados membros.

O financiamento da CPLP foi outra das questões que só agora começou a ser clarificada.

O ministro dos negócios estrangeiros português, Jaime Gama, declarou as quotizações de cada país serão iguais. Essa quota fixa terá apenas um valor simbólico, pagando sobretudo despesas correntes. Mas haverá uma quota voluntária, que caberá a cada nação, consoante as suas disponibilidades financeiras, e estará dependente das acções concretas que se pretendam levar a cabo no âmbito da CPLP. Mas afirmou que não é vocação da CPLP ocupar o lugar da iniciativa privada ou interferir no mercado. Este deverá decorrer normalmente, devendo apenas a CPLP impulsioná-lo e dinamizá-lo no que for possível.

Economia

Confiança e investimento sustentável devem ser as palavras de ordem dos agentes económicos envolvidos na cooperação decorrentes da institucionalização das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, defendeu o ministro da Economia de Portugal. Na cerimónia de encerramento do

Seminário para a Cooperação, Economia e Empresarial na CPLP, Augusto Mateus, referiu a necessidade de "desenvolver o relacionamento entre os "sete", sobre uma base alargada de confiança em que o investimento é catalisador, e o factor que pode fazer a diferença". E acrescentou que o governo português "está interessado em potenciar um grande número de relações com África e com o Brasil, tem de sair da actual inexpressividade económica".

Representando o sector empresarial moçambicano, participaram também neste seminário Salvador Namburete, director do Centro de Promoção ao Investimento, e Mário Ussene, presidente da Associação Comercial de Moçambique e representante do sector privado. Para Salvador Namburete a CPLP deve "contribuir para que os governos realizem acções concretas no domínio da cooperação económica e empresarial". E acrescentou que "a estabilidade política nos países africanos leva a que se dediquem maiores esforços à cooperação na área económica e de âmbito empresarial".

Para Mário Ussene, a criação da CPLP permite "uma maior aproximação dos povos e seus laços sócio-culturais. O reduzido volume de trocas de Moçambique com os outros países da língua portuguesa tem de ser revertido com a CPLP, que terá de permitir a dinamização de um mercado de 190 milhões de pessoas que se abre".

Timor

Foi um dos pontos comuns no discurso dos chefes de Estado de todos os países da CPLP, incluindo o Brasil, o apoio à autodeterminação de Timor-Leste e a necessidade da sua integração nesta nova comunidade, embora neste momento ainda não seja possível fazê-lo como país. A resistência timorense firma em comunidade que "o projecto de um Timor-Leste independente, oitavo país de língua portuguesa, deverá ser assumido com coragem, visão e generosidade por todos os povos e governantes dos sete países fundadores da CPLP, pois um Timor-Leste independente alargará um espaço geográfico, cultural e diplomático, económico e estratégico da mesma". A resistência apela a todos os cidadãos da CPLP que se abstenham de comprar produtos da Indonésia, como forma de manifestarem o seu repúdio à ditadura indonésia.

Direitos Humanos

A Amnistia Internacional, em comunicado distribuído em Lisboa, apela aos Chefes de Estado da CPLP que a sua cooperação tenha como fulcro central a protecção e promoção dos direitos humanos. O facto de se ter abolido a pena de morte em todos os países da comunidade, a violação dos direitos humanos continua a ser praticada, destacada a forma particularmente grave em Timor-Leste e em Angola. ■

A. Pita de Oliveira